



VULNERABILIDADE DA PESSOA SURDA NO MERCADO DE TRABALHO DE ARAGUAÍNA

Mariana Ferreira Albuquerque¹
Thelma Pontes Borges²
Renata Laize Pais Brito Mendes³

Resumo:

Ao longo da história, os surdos sofreram preconceito e discriminação. Apesar das novas políticas que versam sobre inclusão social, definindo que todos têm direitos e garantindo equidade nesse processo, é possível verificar que quando se trata de inclusão de surdos no mercado de trabalho, esses se configuram como vulneráveis diante dos demais, justamente por não ocorrer intervenções adequadas a sua participação social. Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo verificar como ocorre a inclusão da pessoa surda no mercado de trabalho de Araguaína/TO, elucidando suas vulnerabilidades. Para a realização da pesquisa, aplicamos questionário semiaberto a 17 pessoas surdas, das quais 3 foram selecionadas para uma entrevista semidirigida, filmada e transcrita. Os resultados apontam que os surdos continuam enfrentando uma série de dificuldades para ingressarem no mercado de trabalho, principalmente a falta de qualificação profissional e o preconceito, aliados à dificuldade de comunicação, uma vez que as empresas não adequam o ambiente e contratam os surdos somente para cumprirem a legislação. Observamos que, apesar da contratação, não ocorre a inclusão social, e sim a integração social, na qual o próprio sujeito deve se adequar e criar maneiras para participar do ambiente, perpetuando sua condição de vulnerável social.

Palavras-chave:

Inclusão. Libras. Mercado de trabalho. Surdo.

VULNERABILITY OF THE DEAF PERSON IN THE LABOR MARKET OF ARAGUAÍNA

Abstract:

Throughout history, the deaf have suffered prejudice and discrimination, and despite the new policies on social inclusion, defining that everyone has rights and ensuring equity in this process, it is possible to verify that when it comes to the inclusion of deaf people in the labor market, these are vulnerable as compared to the others, precisely because there are no interventions appropriate to their social participation. In this sense, this study aims to verify how the deaf person is included in the labor market of Araguaína/TO. To perform the research, a semi-open questionnaire was used for 17 deaf people and 3 were selected for a

¹ Graduação em Gestão de Cooperativas e Pedagogia/Universidade Federal do Tocantins. Professora de Libras da Secretária Municipal de Educação de Araguaína. E-mail: mari.ferreiraa@hotmail.com.

² Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano/Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Docente do Programa de Mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais. E-mail: thelmapontes@uft.edu.br.

³ Graduação em Serviço Social/Universidade da Amazônia e tradutora e intérprete de Libras/PROLIBRAS/Universidade Federal de Santa Catarina. Intérprete de Libras da Universidade Federal do Tocantins. Email: renatinhauf2013@gmail.com.



semi-directed, filmed and transcribed interview. The results of our research indicate that the deaf continue to face a series of difficulties to enter the labor market, mainly the lack of professional qualification, prejudice, allied to the difficulty of communication, since the companies do not adapt the environment and contract the only to comply with the legislation. We observe that despite the hiring, social inclusion does not occur, but social integration, in which the subject must adapt and create the ways to participate in the environment, perpetuating its condition of social vulnerability.

Keywords:

Vulnerability. Brazilian Sign Language. Labor Market. Deaf

Introdução

Nosso trabalho tem por objetivo geral fazer uma descrição sobre as políticas de inclusão da pessoa surda no mercado de trabalho em Araguaína e desenvolver uma pesquisa que nos possibilite verificar como ocorre esse processo nesse município.

Iniciaremos com as formulações sobre surdez, considerando que, em nossa sociedade, pessoas que têm diferenças significativas podem apresentar, dependendo de seus recursos internos e de seu ambiente social, um acentuado nível de vulnerabilidade social. De acordo com Inácio (s/n), conceituar surdez num determinado contexto histórico, social ou educacional não é uma tarefa simples, pois requer conhecimentos dos diferentes graus de perdas auditivas do sujeito, seus relacionamentos com os pares e a forma como ele vê e como ouve o mundo. Entender tais aspectos é importante para que se possa iniciar a escolarização do surdo e, num segundo momento, sua inserção no mundo do trabalho.

De acordo com o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e no art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, segundo o art. 2º:

Considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (DB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (BRASIL, 2005, p. 1).



A partir da Constituição de 1988, com a criação de leis específicas, a pessoa surda passou a ser vista, no cenário brasileiro, como uma pessoa capaz de exercer suas funções no mercado de trabalho e interagir socialmente com as pessoas ouvintes, bem como estudar e ingressar no mercado de trabalho, visto que seus direitos são garantidos por lei.

A inclusão social é vista como um processo ao qual às sociedades estão, aos poucos, se adaptando. Em um país como o nosso, com diferenças de ordem social, cultural, política, linguística, econômica, geográfica, racial, entre outras, esse processo pode ser mais demorado. E apesar de essa temática ser muito discutida, ainda existe um grande preconceito em relação às pessoas com características diferentes, elucidando muito mais aspectos da exclusão social e das consequências destas para os envolvidos.

Partimos das definições de Sasaki (2007) ao expor inclusão social como um processo ao qual a sociedade deve se adaptar criando mecanismos em seus sistemas sociais e suporte adequado para que todos possam assumir seu lugar na sociedade. Esse autor também é enfático ao demonstrar que incluir é diferente de integrar, uma vez que inclusão pressupõe uma sociedade adequada a todas as pessoas, e integração pressupõe uma preparação prévia do indivíduo para poder ser aceito pela sociedade. O paradigma vigente é o da inclusão. Nessa ótica, os ambientes e instituições devem aprender a se comunicar com os surdos para que esses possam participar efetivamente das inter-relações sociais.

No Brasil, a Lei nº 8.213/91, artigo 93, determina que: “A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência” (BRASIL, 1991, n. p.). Dessa parcela da sociedade fazem parte os surdos, que se comunicam por meio da língua de sinais, e esta pergunta focaliza como essa inclusão acontece, uma vez que os surdos são minorias linguísticas, e esse aspecto faz com que eles experienciem o mundo de maneira diferente ou estabeleçam contatos de outra forma. Nesse sentido, reconhecemos que essas pessoas possuem um elevado grau de vulnerabilidade e se torna necessário evidenciar sua multifatorialidade. Compreendemos vulnerabilidade como uma condição proveniente de diversos fatores, sejam eles econômicos, sociais, orgânicos, biológicos, comunicacionais ou emocionais, entre outros fatores que geram uma fragilização na produção de recursos internos ou externos ao sujeito, dificultando sua condição de superar os riscos e dificuldades apresentados (MARANDOLA JR.; HOGAN, 2006)



Em nosso país, para promover a inclusão do deficiente no mercado de trabalho, até numa tentativa de diminuir as fragilidades, foi necessário usar da força da lei. Contudo, a lei garante a contratação, mas não o respeito enquanto cidadão. Nosso trabalho vem apresentar justamente essa dificuldade de fazer com que a contratação do surdo resulte também em relações de trabalho e sociais pautadas pela equidade e pelo respeito mútuo, evidenciando facetas da vulnerabilidade desse grupo social.

1 Surdez: definição e histórico

De acordo Inácio (s/n), definir surdez constitui difícil tarefa, uma vez que passa, entre outros fatores, pelos níveis de perda auditiva e pela forma como o sujeito conhece, interpreta e se relaciona com o mundo a sua volta. Deve-se considerar, nesse contexto, se o surdo teve ou não a Libras como língua materna, se sua família aprendeu a língua de sinais, se sua interação social foi facilitada, com que idade descobriu a surdez ou se tem implante coclear e com que idade foi feito. Assim, não apenas a definição mostra-se complexa, mas também a própria compreensão do tema.

Assim, para Behares (2000 apud SÁ, 2006, p. 01), o conceito de surdez, como qualquer outro, sofre mudanças e se modifica no transcurso da história: “Estamos atravessando um momento de redefinição deste conceito”. Historicamente, sabe-se que a tradição médico-terapêutica influenciou a definição da surdez a partir do déficit auditivo e da classificação da surdez (leve, profunda, congênita, pré-linguística), mas deixou de incluir a experiência da surdez e de considerar os contextos psicossociais e culturais nos quais a pessoa surda se desenvolve; é justamente desses aspectos, entre outros, que os estudos sobre os surdos passam a se ocupar.

Para Sá (2006), quanto à palavra “surdo”, esse é o termo com o qual as pessoas que não ouvem referem-se a si mesmas e a seus pares. Ao definir uma pessoa surda como aquela que vivencia um déficit de audição que a impede de adquirir, de maneira natural, a língua oral/auditiva usada pela comunidade majoritária e que constrói sua identidade calcada principalmente nessa diferença, utilizando-se de estratégias cognitivas e de manifestações comportamentais e culturais diferentes da maioria das pessoas que ouvem.



Ainda segundo o ponto de vista de Sá (2006), que rediscute o conceito de surdo, afirmando que não se utiliza a expressão “deficiente auditivo” numa tentativa de re-situar o conceito de surdez, visto que essa expressão é a utilizada, com preferência, no contexto médico-clínico, enquanto que o termo “surdo” está mais afeito ao *marco sociocultural da surdez*. Nesses estudos, enfatiza-se a *diferença*, e não a *deficiência*, porque “cremos que é nela que se baseia a essência psicossocial da surdez: ele (o surdo) não é diferente unicamente porque não ouve, mas porque desenvolve potencialidades psicoculturais diferentes das dos ouvintes” (BEHARES 2000, p. 2) “Ora, a distinção entre surdos e ouvintes envolve mais que uma questão de audiológica, é uma questão de significado: os conflitos e diferenças que surgem referem-se a *formas de se*”.

Alves (2012) segue o mesmo raciocínio e situa o conceito de surdez como uma diferença, e não como uma “deficiência”, referendando o marco socioantropológico da surdez, sem necessariamente desconsiderar os aspectos médicos-clínicos, porém enfatizando que esse conceito envolve muito mais do que o aspecto audiológico. Desse modo, segundo Costa; Reis (*apud* SILVA, 2009, p.15),

podemos definir uma pessoa surda como aquela que vivencia um déficit de audição que o impede de adquirir, de maneira natural, a língua oral/auditiva usada pela comunidade majoritária e que constrói sua identidade calcada principalmente nesta diferença, utilizando-se de estratégias cognitivas e de manifestações comportamentais e culturais diferentes da maioria das pessoas que ouvem.

Diante disto, consideramos que o surdo é diferente pelo modo distinto de adquirir uma língua e desenvolver as potencialidades psicossociais, que o constituem como ser de uma cultura e identidade particular.

Assim como a definição de surdez se alterou ao longo do tempo, as formas de tratamento também. Cabe ressaltar que os surdos foram muito maltratados ao longo da história, foram vítimas de sofrimento, pois eram vistos como aberração da natureza. Ainda que no Egito, por exemplo, os surdos eram adorados; na China, eram atirados ao mar. Apenas no fim da Idade Média a surdez passou a ser vista como uma deficiência auditiva, sob o ponto de vista científico. Os Romanos privavam os surdos de todos os direitos legais, eles não se casavam, não herdavam os bens da família e, diante da religião, a igreja católica considerava os surdos sem salvação, ou seja, não iriam para o reino de Deus depois da morte. Pode-se



dizer que a condição dos sujeitos surdos era a mais miserável de todas, pois a sociedade os considerava como imbecis, anormais, incompetentes.

Na antiguidade, os gregos viam os surdos como animais, pois, para eles, o pensamento se dava mediante a fala (SILVA, 2012). Sem a audição, os surdos na época ficavam fora dos ensinamentos e, com isso, não adquiriam o conhecimento. A mudança começou a partir de um religioso surdo chamado Ponce de León, um monge beneditino que vivia em uma cidade da Espanha. Seus alunos eram surdos filhos de nobres que, preocupados com a exclusão de seus filhos diante da sociedade e da lei, procuravam León para auxiliá-los. Ele conseguiu ensinar a linguagem articulada aos surdos, mas destinada apenas aos filhos surdos de ricos e nobres, os quais teriam que ter, em alguns casos, conhecimentos para administrarem os bens da família, conseqüentemente garantindo a continuidade de seus bens. Mesmo que se tenha considerado essa experiência educacional satisfatória, rompendo com a lógica dominante, essa obteve pouca repercussão na época (SILVA *et al.*, 2006). O monge dedicou-se a ensinar os surdos a ler, escrever, falar e aprender as doutrinas da fé católica. Ele foi considerado o primeiro professor de surdos.

Os surdos, até meados do século XVI, conforme Dias (2004) eram vistos como ineducáveis; em consequência disso, considerados inúteis à coletividade. Enfrentavam o preconceito, a piedade, o descrédito e até mesmo a denominação de loucos. De modo geral, quando analisamos as formas de tratamento oferecidas às pessoas surdas, percebemos que essas se desenvolvem em função da concepção do homem, difundida nos diferentes períodos do percurso da humanidade. No início do século XVI, temos registros das experiências do médico pesquisador italiano Gerolamo Cardano - que viveu no período de 1501 a 1576 -, o qual “concluiu que a surdez não prejudicava a aprendizagem, uma vez que os surdos poderiam aprender a escrever e assim expressar seus sentimentos” (JANNUZZI, 2004, p. 31). Segundo Soares (1999), Cardano afirmou que o surdo possuía habilidade de raciocinar, isto é, que os sons da fala ou ideias do pensamento podem ser representados pela escrita. Dessa maneira, a surdez não poderia se constituir num obstáculo para o surdo adquirir o conhecimento.

Perlin (2002) destaca que chegou ao Brasil, em 1855, o professor surdo francês Hernest Huet, que tinha como principal propósito a fundação de uma escola e de um abrigo para surdos. Assim, foi fundado, em 26 de setembro de 1857, o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), pelo professor Eduard Huet, com o apoio de Imperador D. Pedro II. A



proposta educacional de surdos usada pelo professor Huet permaneceu por pouco tempo. Em 1871, houve tentativas de introduzir o método oral, sem grandes resultados; em 1873, iniciou-se o ensino profissionalizante naquela instituição. Observe-se que o objetivo da instituição era o de “normalizar” o surdo, tentando fazer com que esse aprendesse a falar.

Nos séculos seguintes, alguns professores são apontados por se dedicarem à educação para surdos. Entre eles: na Espanha, Ivan Pablo Bonet, na França, Abbé Charles Michel de l'Épée, na Alemanha, Samuel Heinicke e Moritz Hill, no Canadá e EUA, Alexandre Gran Bell, e, na Bélgica, Ovide Decroly.

No século XX, segundo Giuseppe Rinaldi (1997), surgiram, no Brasil, o Instituto Santa Terezinha para meninas surdas (SP), a Escola Concórdia (Porto Alegre/RS), a Escola de Surdos de Vitória, o Centro de Audição e Linguagem “Ludovico Pavoni” (CEAL/LP), em Brasília-DF, e várias outras, que, assim com o Instituto Nacional de Surdos (INES) e a maioria das escolas de surdos do mundo, passaram a adotar o método oral, bem como a garantia do direito de todos à educação e a propagação das ideias de normalização e de integração das pessoas com necessidades. Assim, em nosso país, as secretarias estaduais e municipais de educação passaram a coordenar o ensino de crianças com necessidades especiais (inicialmente denominadas portadoras de deficiências), e surgiram as salas de recursos e classes especiais para surdos, além de algumas escolas especiais, com recursos públicos ou privados.

De acordo com Kalataí e Streiechen (2012), a oficialização da Língua Brasileira de Sinais no Brasil (Libras), pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, são exemplos de conquistas e resultados dos inúmeros movimentos e lutas das pessoas surdas brasileiras. A presença do tradutor/intérprete de língua de sinais em espaços sociais diversos, públicos ou privados, é uma das garantias citada nesse decreto.

Segundo documentos oficiais do MEC, organizado por Giuseppe Rinaldi et al. (1997), os principais registros que temos sobre a história da educação dos surdos apontam que, no século XV, não havia escolas especializadas para surdos, pessoas ouvintes tentaram ensinar aos surdos, mas sem muito êxito.



2 Paradigmas da inclusão no mercado de trabalho

Borges *et al.* (2012) afirmam que as principais tendências ou princípios filosóficos que orientaram e orientam a prática educacional da educação especial são: a normalização, divulgada a partir de 1950, a integração, de 1970, e a inclusão, de 1975, todas elas com o intuito de direcionar a filosofia de atendimento ao aluno com necessidades educativas especiais (NEE). O princípio de integração aparece no Brasil depois dos anos setenta. O termo nasceu mais precisamente na Dinamarca, mas se desenvolveu nos Estados Unidos. Em seguida, o Canadá juntou-se ao movimento, idealizado para atender aos objetivos dessa corrente, defensor de alunos deficientes ou com problemas específicos. Integração oferece a ideia de que o sujeito precisa se desenvolver para poder ser reintroduzido na sociedade. Tanto o paradigma da normalização quanto o da integração pressupõem um movimento unilateral da pessoa, que, em muitos casos, permanecerá excluída, pois não atingirá o padrão dos considerados normais.

Werneck (2002), ao referir-se aos verbos “incluir” e “integrar”, afirma que ambos possuem um significado muito parecido: “ser inserido”, “incorporar-se” ou “fazer parte”. Entretanto, para essa autora, as palavras têm significados distintos, pois transmitem crenças diferenciadas sobre a inserção da pessoa na sociedade. Apesar da mídia fazer mal uso dos termos e utilizá-las como sinônimos.

Perez (2001) afirma que a inclusão implica, além de tudo, uma mudança de postura, uma atitude inclusiva, em que as respostas precisam ser buscadas no coletivo. Para Borges *et al.* (2012), a maioria dos autores que defendem a *integração* defende também a ideia de que se deve propiciar um atendimento diferenciado – em âmbito pessoal, didático ou metodológico – às crianças de educação especial. No entanto, esse sistema diferenciado, ao longo da história, pouco possibilitou a efetiva inclusão dos surdos na sociedade, acabando, muitas vezes, por exercer o objetivo inverso, ou seja, excluir os deficientes do convívio social.

Batista (2004) afirma que cabe as empresas públicas ou privadas garantir os direitos constitucionais dos cidadãos tenham eles deficiências ou não. Assim, cabe aos empregadores profissionalismo e adequação das condições de oferta de trabalho para efetivação dos direitos de todos os deficientes. Batista (2004) também escreve que a diversidade em qualquer ambiente e especificamente nas empresas promovem resultados benéficos nos demais trabalhadores por produzir o efeito motivador em quem não é deficiente.



A partir da Constituição de 1988, com a criação de leis e decretos, a pessoa surda passou a ser vista, no cenário nacional brasileiro, como uma pessoa capaz de exercer suas funções na sociedade e interagir socialmente com as pessoas ouvintes, bem como estudar e ingressar no trabalho, visto que seus direitos são garantidos por lei.

Barbosa (2007) informa que a primeira adaptação necessária faz referência à “dificuldade de comunicação” existente entre o surdo e o não surdo e à necessidade de usar a Libras como forma de comunicação. Já a segunda diz respeito à metodologia de orientação a ser adotada, de acordo com o grau de compreensão e de compreensão do surdo.

Para Batista (2004), todas as pessoas lutam de alguma forma por inclusão social, principalmente aquelas que se sentem excluídas socialmente, mas ainda é difícil tecer parâmetros para qualificar ou quantificar quais aspectos são definidores ou mais apropriados como garantidor das defesas/direitos individuais, e isso por si só já, demonstra uma das facetas da vulnerabilidade social dos deficientes.

Sassaki (1997) afirma que o ingresso das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, em nosso país, se dá por duas vias: a autocolocação direta ou a colocação por meio das instituições especializadas, das associações e dos centros de vida independente. Segundo o autor, esses serviços tentam, de maneira improvisada e incipiente, inserir essas pessoas no mercado de trabalho há 50 anos, sem sucesso algum. A falta de conhecimento por parte dos empregadores sobre a real potencialidade e o universo vivido por essas pessoas constitui, sem dúvida, um entrave para sua inclusão no mercado de trabalho.

Assim, o objetivo do nosso trabalho é refletir sobre a condição profissional do surdo em Araguaína, traçando seu perfil, bem como fazer um levantamento das dificuldades e adequações por ele encontradas no mercado de trabalho.

3 Caminhos percorridos

Em nosso trabalho, utilizamos o método da pesquisa qualitativa com surdos que moram e trabalham em Araguaína. Entendemos por pesquisa qualitativa aquela que utiliza os métodos que buscam explicar o porquê das coisas, uma vez que os valores e as trocas simbólicas não se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não métricos, e, com isso, o conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é



produzir informações aprofundadas e ilustrativas capazes de obter resultados os mais verdadeiros possíveis (BARDIN, 2011).

Para descrição e análise dos dados, aplicamos um questionário semiaberto a 17 pessoas surdas habitantes de Araguaína. O questionário pretendeu levantar dados socioeconômicos, perfil, inserção do surdo no mercado de trabalho, escolaridade, facilidades e dificuldades. A partir dos questionários, selecionamos, com vistas à realização de uma entrevista semidirigida, filmada e transcrita, 3 surdos, usando como critério o fato de trabalharem em empresas diferentes.

Para situar, Araguaína é uma cidade do norte do Tocantins, estado que faz fronteira com o sul do Pará e leste do Maranhão. É uma cidade de porte médio, o que significa que produz bens e serviços para si e para o entorno, servindo de base para a mesorregião e de espaços de mediação política, econômica e social, justificando-se estudos que focalizem os surdos dessa localidade (MORAIS, 2014).

4 Apresentação dos resultados

Dos 17 colaboradores, 14 são do sexo masculino e 3 do sexo feminino. Do total, 5 trabalham em supermercados na cidade, 4 trabalham em setores administrativos do município, 4 trabalham em escolas privadas, 3 em um hospital maternidade e 1 em uma universidade pública. Percebemos que a maior parte dos surdos trabalha na área de serviços e que a amostra é constituída basicamente por pessoas do sexo masculino, o que nos faz levantar a hipótese de que as mulheres surdas, por questões culturais, adentram menos o mercado de trabalho. Com relação aos cargos ocupados, 9 trabalham em secretarias fazendo serviços administrativos, 5 em estocagem, 1 em serviços gerais e 2 como professor.

Um aspecto a ser destacado é exatamente o fato de a inserção ocorrer em cargos que exigem baixo nível de qualificação, o que constitui reflexo das dificuldades de inclusão dos surdos nos sistemas de ensino no Estado do Tocantins – assim como em todo o país, principalmente no que se refere ao nível superior de ensino. Em virtude da baixa qualificação, a média de renda mensal também se mostra baixa: 52,9% dos entrevistados afirmaram que ganham em média um salário mínimo, 29,4% disseram que recebem entre um e dois salários mínimos e 11,7% responderam que ganham entre dois e cinco salários mínimos.



Apenas 1 entrevistado, que corresponde a 5,88%, afirmou que recebe mais de cinco salários mínimos. Isso significa que, quanto mais qualificado, melhor será o salário. Do total, 76% dos entrevistados continuam estudando, mas ainda não terminaram o ensino médio.

No que se refere à satisfação com o ambiente de trabalho, apenas um surdo diz não se sentir feliz, os demais sentem-se bem e valorizados pelos superiores. Apesar dessa sensação de “bem-estar”, a maioria (64,7%) diz que sua contratação ocorreu pela obrigatoriedade da lei, ou seja, que de outra forma não seriam contratados.

Entre as dificuldades apontadas, a principal refere-se às dificuldades de comunicação, 47,05% indicam esse fator como essencial. Em todos os casos, as demais pessoas do trabalho não falam Libras. Mesmo com tais dificuldades, 58,6% afirmaram que são bem-vistos na empresa e que a maioria os considera muito aplicados, e 41% disseram que servem de exemplo e motivação para os demais funcionários das empresas. O reconhecimento dos colegas de trabalho ajuda a entender o fato de se sentirem bem e felizes nesse ambiente.

Durante a entrevista com os participantes, nos seus locais de trabalho, confirmamos aquilo que já havia aparecido nos questionários: a dificuldade de comunicação, uma vez que as empresas não dispõem de intérpretes de Libras para acompanhar os surdos durante seu horário de trabalho nem oferecem cursos de Libras, para que os demais funcionários possam aprender a se comunicar. Além disso, existem outras dificuldades na contratação dos surdos, visto que poucos possuem qualificação profissional, conforme veremos a seguir.

A análise das entrevistas permitiu perceber quatro aspectos, a saber: 1) Causas da surdez: verificamos que os entrevistados ou nasceram surdos ou descobriram essa condição desde muito cedo; 2) Superação pela comunicação: constatamos o empenho do surdo em se comunicar e ensinar aos colegas sua língua; 3) Preconceito e trabalho: nossos colaboradores demonstram que o preconceito é superado pela competência e pelo trabalho; 4) Qualificação: identificamos que há, por parte dos entrevistados, a crença de que podem superar suas dificuldades pela qualificação profissional.

Com relação às *causas da surdez*, o entrevistado Júlio⁴ disse ter se tornado surdo depois dos quatro anos de idade. Como morava numa cidade do Pará, teve que se mudar para Araguaína, onde passou a ser atendido na Escola Modelo, que era o único polo de atendimento aos surdos.

⁴ Os nomes dos entrevistados são fictícios.



No passado eu nasci e morei no Pará, interior chamado Paraopebas. Eu nasci ouvinte, minha mãe cuidava de mim normal, depois com 4 anos eu adoeci; minha mãe começou a me chamar pelo meu nome e eu não respondia e ela começou a ficar preocupada e me levou para o hospital e lá descobriram que eu estava com meningite (JÚLIO, 2016).

O entrevistado Renato afirmou que a causa de sua surdez foi uma febre muito forte que teve durante três dias. Depois de uma consulta, o médico afirmou que ele havia ficado surdo.

Eu nasci numa cidade do Maranhão, nome Balsas, eu nasci ouvinte. Com 10 meses eu só sabia falar duas palavras ‘papai e mamãe’. Depois aconteceu de ficar muito doente, com febres fortes que chegaram a 40° durante três dias, mas depois a febre passou e minha mãe me chamava por meu nome e eu não olhava para ela e nem respondia. Com isso, minha mãe ficou preocupada e me levou no médico e no Hospital descobriram que eu havia ficado surdo (RENATO, 2016).

O entrevistado Pedro afirmou que já nasceu surdo. A surdez não foi provocada por doença: “No passado eu nasci surdo e desde pequeno tinha dificuldade de comunicação. Minha família usava muita mímica para se comunicar comigo, isso era bem difícil” (PEDRO, 2016).

Apesar de os entrevistados estarem em regiões com acesso precário à saúde, o diagnóstico de surdez veio desde cedo, o que facilita o desenvolvimento e a inserção social do surdo. Com relação à *superação pela comunicação*, na última fala de Pedro fica claro que desde sempre a comunicação tem sido difícil e que a família no começo buscou auxílio na mímica.

Já no ambiente de trabalho, ocorre uma troca de experiências, tanto o surdo passa a ensinar Libras como também passa a aprender coisas novas em função de suas trocas sociais, conforme verificamos na fala de Júlio.

Quando eu comecei o meu primeiro trabalho eu via as pessoas fazendo curso, aprendendo coisas na internet. Eu achava muito difícil, eu pensava ‘surdo aprender como?’, porque eu tinha o costume de conversa em Libras com meus amigos, mas no trabalho não tinha Libras, não tinha comunicação. Com isso passei a ensinar Libras, anotar algumas palavras no papel e aprender algumas palavras e comecei a me comunicar no trabalho com algumas pessoas (JÚLIO, 2016 – grifos do autor).

Percebemos, ainda com Júlio, que a convivência no trabalho o fez acreditar que também poderia aprender coisas novas, tal como faziam seus colegas.



Já Renato dispõe de outro recurso, pois, além de Libras, compreende muito a leitura labial. Entretanto, às vezes fica difícil entender palavras que ele não conhece.

Às vezes minha colega de sala fala eu não entendo, mas peço para ela escrever no papel, mas normalmente eu consigo entender tudo através da leitura labial, só algumas palavras eu não conheço, fica difícil (RENATO, 2016).

O entrevistado Pedro afirmou que quando criança tinha dificuldade de comunicação com a família e que hoje no local de trabalho continua tendo dificuldades. Muitas vezes os colegas precisam escrever para se comunicar com ele. “Sim tenho. Às vezes eu estou trabalhando, arrumando as frutas, aí chega algumas pessoas perguntando as coisas e eu falo que eu sou surdo. Outras pessoas quando querem falar comigo escrevem no papel. É bem difícil (PEDRO, 2016).

Para Pedro, a comunicação ainda é um grande entrave, pois, além de não dispor de outros recursos, sua interação com os demais colegas não produziu o compartilhamento da Libras. Nesse caso, caberia à própria empresa auxiliar, promovendo cursos de Libras, facilitando não somente a comunicação, mas também valorizando a inclusão e oferecendo elementos palpáveis de ética social.

Com relação ao quesito *preconceito e trabalho*, logo que Júlio começou a trabalhar, percebeu que os colegas de trabalho não acreditavam que ele pudesse desenvolver suas atividades dentro da empresa e o olhavam com certo preconceito. Mas com o passar do tempo, ele foi reconhecido e hoje os amigos acreditam em seu trabalho.

Quando eu tinha um ano no trabalho, eu observava as pessoas e via que algumas ficavam admiradas de me ver trabalhando e falavam ‘surdos trabalhar é possível?’ Depois eles passaram a me conhecer, tirar dúvidas sobre surdez e passaram a assumir que eu era esforçado e fazia meu trabalho de forma correta, mas sempre ficavam me perguntando sobre meus serviços, então concluí, que eles tinham preconceito por eu ser surdo, e achavam que eu não era capaz de trabalhar. Mas hoje é diferente, eles já acostumaram a ver meu trabalho, viram que eu progredi e hoje não sinto mais preconceito da parte deles (JÚLIO, 2016).

O entrevistado Renato afirma que nunca percebeu preconceito no local de trabalho, e que vê isso como um fator positivo para a empresa e os funcionários. Referindo-se não apenas ao seu atual local de trabalho, diz: “Eu já trabalhei em vários lugares e até hoje nunca percebi preconceito da parte de ninguém” (RENATO, 2016).



Na opinião do entrevistado Pedro, somente uma pessoa demonstrou preconceito para com ele. Nesse sentido, esclarece: “Já sim, apenas de uma mulher. As outras pessoas me tratam bem, são legais, mas essa mulher não gosta de surdos, já mostrou isso pra mim” (PEDRO, 2016).

Sobre *qualificação*, os entrevistados demonstram que é importante se qualificar profissionalmente para conseguir um bom emprego e, em consequência, um salário melhor.

Quando eu comecei a trabalhar não acreditava, mas com os anos eu fui desenvolvendo e passei acreditar que meu trabalho era muito bom e satisfeito. Acredito que a primeira coisa a ser feita é os surdos procurarem o SINE e levar seu currículo. Lá eles fazem seleção e indicam surdos para o mercado de trabalho. Foi isso que eu fiz, depois eu esperei até me chamarem para um trabalho (JÚLIO, 2016).

Renato também valoriza a qualificação, ressaltando que tudo no começo é difícil, mas que, com a qualificação profissional, tudo se torna mais fácil, pois fica melhor para dominar os conhecimentos. “No começo foi difícil eu aprender algumas coisas, mas agora já domino minha área e consigo realizar muito bem meu trabalho, tanto que agora no mês de dezembro vou ter mais treinamento e mais responsabilidades” (RENATO, 2016).

Pedro diz não possuir qualificação profissional, por isso sente muita dificuldade no local de trabalho, inclusive os colegas precisam ensinar tudo para que ele possa desenvolver as tarefas. “A maior dificuldade porque no começo não sabemos de nada, depois os colegas ensinam a gente, também a chefe explica; aí fica fácil de aprender, e hoje faço trabalho bem” (PEDRO, 2016).

As entrevistas nos permitiram aprofundar um pouco mais alguns aspectos evidenciados nos questionários, demonstrando que a contratação de surdos não vem acompanhada de políticas institucionais que facilitem sua socialização e/ou compreensão. As empresas contratam surdos somente por força da lei, razão por que não adequam o ambiente, produzindo muito mais uma integração do que uma inclusão e favorecendo a manutenção de aspectos que favorecem a vulnerabilidade.



Considerações finais

Em nosso trabalho, procuramos fazer um levantamento do número de surdos incluídos no mercado de trabalho, as reais condições de trabalho, as dificuldades por eles encontradas, bem como os principais desafios em relação à comunicação, a fim de compreender suas vulnerabilidades. Para isso, a pesquisa teve por objetivo principal fazer uma reflexão sobre a condição profissional do surdo inserido no ambiente laboral. Quanto aos objetivos específicos, esses consistiram em traçar o perfil dos surdos integrados no universo trabalhista em Araguaína, identificando a característica social e o tipo de ocupação, além de fazer um levantamento das dificuldades e adequações encontradas pelo surdo no mercado de trabalho. Nesse sentido, é importante afirmar que partimos do pensamento de que poderíamos desenvolver uma pesquisa que nos desse respostas às questões que envolvem as políticas públicas no município quando se trata da inclusão da pessoa surda no mercado de trabalho.

Para dar continuidade à nossa pesquisa, utilizamos uma metodologia voltada para a pesquisa qualitativa com surdos que moram e trabalham em Araguaína. Portanto, para a coleta dos dados, aplicamos um questionário as pessoas surdas residentes em nossa cidade. O questionário teve como meta fazer um levantamento dos dados socioeconômicos, perfil, inserção do surdo no mercado de trabalho, escolaridade, facilidades e principais dificuldades enfrentadas nas interações pelos surdos que estão no trabalho na cidade. No total, 17 surdos foram identificados trabalhando formalmente na cidade. Todos responderam a um questionário e três foram entrevistados.

Durante o nosso trabalho, pudemos conhecer melhor as principais dificuldades e desafios enfrentados pelos surdos que atuam em Araguaína. Como em nossa pesquisa tivemos frente a frente com as pessoas surdas, conversando e discutindo sobre todos os tipos de dificuldades que eles encontram, os dados revelam que os surdos que possuem emprego formal, em geral, ganham um salário mínimo. Isso é muito ruim para a comunidade surda, uma vez que os surdos também se tornam socialmente excluídos por sua condição socioeconômica. Como forma de enfrentamento a essa realidade, devem-se melhorar as políticas de inclusão escolar e social, para que o surdo consiga melhor qualificação, acesse melhores postos de trabalho e, conseqüentemente, melhores salários. A promoção de uma inclusão escolar efetiva e de qualidade auxiliaria os jovens surdos a chegarem numa



universidade e se inserirem socialmente com menos dificuldades, uma vez que, se nas escolas regulares os ouvintes crescessem em contato com surdos, chegariam ao mercado de trabalho sabendo se comunicar em Libras.

Faz-se necessário ressaltar que a simples contratação de surdos não efetiva as políticas de inclusão, visto que, até onde percebemos, esses são obrigados a se adaptar ao ambiente de trabalho, promovendo-se a manutenção do paradigma da integração social, típica da década de 70. As instituições públicas ou privadas devem ir além da contratação, oferecendo cursos de Libras para os demais colegas de trabalho e até clientes, caso tenham interesse em aprender. Isso é parte da responsabilidade social das empresas. Adequando-se o ambiente ao surdo, tem-se, de fato, a inclusão social no mercado de trabalho, aspecto não percebido em nossa pesquisa.

Referências

ALVES, Edilania Reginaldo. Caracterizando a surdez: fundamentação para intervenções no espaço escolar. **Revista Lugares de Educação**, Bananeiras/PB, v. 2, n. 2, p. 75-92, jul./dez. 2012.

BARBOSA, Meire Aparecida. **A Inclusão do surdo no ensino regular**: a legislação. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em pedagogia)- Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2011.

BATISTA, Cristina Abranches Mota. **Inclusão**: construção na diversidade. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2004.

BEHARES, Luis Ernesto. **Novas correntes na educação do surdo**: dos enfoques clínicos aos culturais. Santa Maria: UFSM, 2000.

BORGES, L. et al. R. P. C. O deficiente auditivo e o mercado de trabalho. **Revista Ciências Médicas Biológicas**, Salvador, v.1, n. 1, p. 99- 104, nov. 2002.

BORGES, Maria Célia; PEREIRA, Helena de Ornellas Sivieri; AQUINO, Orlando Fernández. **Revista Iberoamericana de Educación**. n. 59/3,15 jul. 2012.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em:



<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 02 set. 2015.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil: 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 04 set. 2015.

_____. **Presidência da República:** Casa Civil. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 08 set. 2015.

_____. **Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991.** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L8213cons.htm>>. Acesso em: 06 set. 2015.

_____. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 20 fev. 2018.

_____. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2015.

_____. Senado Federal. **Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <www.senado.gov.br/legislacao>. Acesso em: 04 set. 2015.

DIAS, T. R. Educação de surdo, inclusão e bilinguismo. In: MENDES. E. G.; ALMEIDA, M. A.; WILLIAMS, L. C. de A. (Org.). **Temas em Educação Especial:** avanços recentes. São Carlos: EdUFSCar, 2004.

JANNUZZI, G. S. M. A. **Educação do Deficiente no Brasil:** dos primórdios ao início do século XXI. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

KALATAI, Patrícia; STREIECHEN, Eliziane Manosso. **As Principais Metodologias Utilizadas na Educação dos Surdos no Brasil.** 2012. Disponível em: <<http://anais.unicentro.br/seped/pdf/iiiv3n1/120.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

LORENZINI, Nydia Mara Pinheiro. **Aquisição de um conceito científico por alunos surdos de classes regulares do ensino fundamental.** 2004. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-graduação em Educação Científica e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa. **Como a escola pode tornar-se inclusiva?** Disponível em <http://www.inclusao.com.br/projeto_textos_24.htm> Acesso em: 18 fev. 18.

MARANDOLA JR, Eduardo; HOGAN, Daniel Joseph. As dimensões da vulnerabilidade. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 1, p. 33-43, jan./mar. 2006. Disponível em:



<http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v20n01/v20n01_03.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2018.

MESERLIAN, Kátia Tavares; VITALIANO, Célia Regina. **Análise sobre a trajetória histórica da educação dos surdos**. Texto apresentado no IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, 26 a 29 de outubro de 2009, PUCPR. Disponível em:

<http://www.aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/241832/mod_resource/content/1/TEXT0%20I_L.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2018.

MORAIS, Itamar Araujo. **Araguaína (TO):** enquanto cidade média no contexto regional. 2014.. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Brasília, 2014.

PEREZ, Elaine Cristina de Matos Fernandez. Caminhos de Uma Educação Humanística. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). **Caminhos Pedagógicos da Inclusão**. São Paulo: Memon, 2001.

RINALDI, Giuseppe et al. (Org.). **Deficiência auditiva**. Brasília: SEESP, 1997. (Série Atualidades Pedagógicas; n. 4). Disponível em: <<http://www.faseh.edu.br/wp-content/uploads/2016/02/Educa----o-especial-defici--ncia-auditiva-Giuseppe-rinaldi.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2018.

SÁ, Nídia Limeira de. **Cultura, poder e educação de surdos**. São Paulo: Paulinas, 2006.

SALLES, *Heloisa et al.* **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica**. Brasília, MEC, SEESP, 2004.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

_____. **Vida independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos**. São Paulo: RNR, 2003.

_____. **Envelhecimento e inclusão social: o projeto agente experiente**, Rio de Janeiro: PUC, 2007. Disponível em: <www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0510672_07_cap_03.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2017.

SHIMONO, Sumiko Oki. **Educação e trabalho: caminhos da inclusão na perspectiva da pessoa com deficiência**. 2008. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, Araújo Silvana. **Conhecendo um pouco da história dos surdos**. 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/prograd/nucleo_acessibilidade/documentos/texto_libras.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2017.



SILVA, Sandra Maria Gonçalves Fernandes da. **Classes Bilíngues para alunos surdos em escolas inclusivas**: modelo de referência em Pernambuco. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Faculdade de Santa Helena, Recife, 2009.

SILVA, V. *et al.* Educação de surdos: uma releitura da primeira escola pública para Surdos em Paris e do Congresso de Milão em 1880. In: QUADROS, R. M. (Org). **Estudos surdos I**. Petrópolis: Arara Azul, 2006.

SOARES, M. A. L. **A educação do surdo no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1999.

WERNECK, Cláudia. Integração ou Inclusão? Conceitos básicos para usar este manual. In: **Manual da mídia legal 1**: jornalistas e publicitários mais qualificados para abordar o tema inclusão de pessoas com deficiência na sociedade. Rio de Janeiro: WVA, 2002.